

Sociedade, assistência, saúde na Zona da Mata mineira (1895-1939):

O Hospital São Vicente de Paulo, Rio Pomba, MG.

Ana Paula Magno Pinto¹

Introdução

Este trabalho tem como objetivo analisar a construção de serviços de saúde na cidade de Rio Pomba, situada na Zona da Mata mineira, e procura-se identificar as relações sociais específicas da região, no que se refere à saúde e a assistência, contextualizando-as em relação às políticas de saúde na Primeira República.

O estudo sobre a assistência à saúde na Zona da Mata mineira está no contexto do início da institucionalização da saúde pública no Brasil. As ações para a saúde fizeram parte do projeto republicano, mas a manutenção do modelo da assistência, trazido pela Misericórdia, com as adaptações à sociedade mineira, pode ser identificado neste período, na região. A hipótese levantada é a de que houve a construção de serviços de saúde na região marcados pela iniciativa de confrades, leigos, ligados à Ordem Vicentina, desenvolvendo a filantropia. Partindo desta hipótese, pretende-se identificar os papéis sociais e ações dos sujeitos envolvidos, a relação entre os confrades, a Ordem Vicentina e o Estado, além de oferecer informações que possibilitem a reflexão acerca da História da Saúde na Zona da Mata mineira na Primeira República, período de consolidação política, do surgimento de novas condições econômicas e de relações sociais que incluem novos atores: os médicos.

O período da pesquisa refere-se aos primeiros registros sobre a intenção da sociedade de construir o hospital (1895) até a sua inauguração, na cidade de Rio Pomba, no Estado Novo (1939).

Sociedade, assistência e saúde na Zona da Mata mineira

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História da Ciência e da Saúde pela FIOCRUZ, Mestre em Memória Social e Documento pela UNI-RIO; Professora de História da Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro. Contatos: anapmagno@gmail.com

Cláudia Viscardi (2001, p.15), em sua análise sobre o federalismo na Primeira República destaca que, no que tange à Minas Gerais, a produção de café no estado foi menor do que a de São Paulo, além de estar concentrada, até os anos 1930, em duas áreas: o Sul e a Zona da Mata. A autora assinala que, com a primeira crise da cafeicultura, ainda na primeira década do século XX, as cidades entraram em crise econômica e foram abandonadas por muitos moradores, como no caso de Rio Pomba. Outras cidades da região ainda se mantiveram economicamente importantes até 1930. As divisões políticas no PRM (Partido Republicano Mineiro) foram aumentando, na medida em que as regiões se enfraqueciam politicamente. Após a Crise de 1929, o preço do café caiu ainda mais, muitas indústrias faliram, a população diminuiu e a economia daquela região declinou.

O *Estado Patrimonialista*, o qual se refere Viscardi em Minas Gerais, pode ser identificado nas ações públicas, em que as iniciativas privadas obtinham auxílio estatal. Foi o caso das ações para a saúde que se iniciaram em confrarias católicas com o objetivo de construção de hospitais.

Para compreender a assistência à saúde na Zona da Mata mineira, é necessário identificar a influência católica na sociedade de Minas Gerais.

Segundo Cláudia Chaves (1999, p.35), a vida econômica e social da região foi marcada, desde sua fundação, pela ação da Igreja Católica. Após o declínio aurífero, a agricultura mercantil de subsistência ganhou maior destaque num processo que incluía a reavaliação do trabalho escravo e de base familiar, com produção pecuária voltada para o mercado interno. Ângela de Castro Gomes (2005) afirma, por sua vez, que esses agricultores dedicavam-se à produção de cereais e laticínios para o mercado interno, com produção limitada e relações sociais domésticas, que irão dar identidade ao povo mineiro, incluindo relações entre escravos e senhores. Com o aumento da população, aumentaram os problemas relacionados à vida social e em especial, à saúde.

Paralelamente a este quadro mais geral, percebemos outra característica na região – a forte presença de instituições devocionais na organização da assistência aos pobres e doentes. Dentre elas, ressaltamos a Ordem São Vicente de Paulo que chegou ao Brasil com os missionários portugueses e posteriormente franceses (a partir de 1850),

que se estabeleceram em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. No início da República identifica-se o surgimento de diversas confrarias vicentinas – leigos que viviam sob as regras de São Vicente de Paulo, como se verá mais adiante neste artigo – que se associaram à Ordem Vicentina para administrar os diversos hospitais da região.

Este período é concomitante com o surgimento da concepção da medicina social, voltada aos problemas sociais e sanitários resultantes do processo de industrialização e urbanização na Europa e nos Estados Unidos, além das novas concepções políticas sobre o Estado laico. Resultante das experiências de Pasteur e do advento da microbiologia, essa ‘medicina social’ tinha um caráter ‘científico’, entendido como ‘superior’, assumindo um caráter hegemônico em relação às demais práticas de cura identificadas nas diferentes culturas, traduzindo-se em ações do Estado, trazendo status social aos seus praticantes, os médicos, ‘consagrados’ socialmente. Às práticas de assistência aos desvalidos são acrescentados novos paradigmas, em que a saúde passa a ser compreendida como um bem social e a presença dos médicos é então valorizada.

No Brasil, a concepção da medicina social influenciou as políticas republicanas para a saúde pública, como salienta Gilberto Hochman (1998). Segundo o autor, na formação do Estado Republicano se desenvolveu uma consciência social sobre a doença e uma concepção da saúde como uma responsabilidade do Estado. As ações para a saúde envolveram o saneamento e ações pontuais sobre as epidemias.

No período da Primeira República, o federalismo e a prática liberal da não-intervenção do Estado parecem ter contribuído inicialmente para que as confrarias e irmandades se responsabilizassem pela assistência médica hospitalar. As políticas públicas para a saúde possuíam um caráter “vertical”, tratando apenas de ações orientadas para o combate às epidemias ou relacionadas ao saneamento. Tais ações seguiam princípios “científicos” e eram localizadas especificamente para a área de ocorrência da doença e por um período distinto, mas o alto número de mortes por epidemias transformou a saúde pública numa competência de um poder autônomo: uma Comissão Central de Saúde Pública, além de outros órgãos públicos que surgiram depois dela. Havia também os que associavam as doenças epidêmicas à predisposição

orgânica de alguns e ao clima do país, mas que apoiavam a adoção de políticas higienistas.

Em Minas Gerais, o Decreto-lei nº 144 de 1895 criou um Conselho de Saúde Pública, uma Diretoria de Higiene, uma Delegacia de Higiene e Vacinação e de uma equipe composta por engenheiros, comissários de higiene e desinfetadores. Doenças como a febre amarela, difteria, cólera, peste, sarampo, escarlatina e febre tifóide tinham atenção especial (CHAVES, 2011, p.32). Belo Horizonte ganhava destaque no decreto, pois a ideia de uma cidade salubre ganhava contornos simbólicos para a nova capital, moderna, legitimando-a.

Na cidade de Rio Pomba, segundo a matéria do jornal local ‘O Imparcial’ (edição de 27 de fevereiro de 1927), desde a época do antigo matadouro municipal, no centro da cidade, mantinha um médico sanitaria para ‘vigiar’ o abate dos animais e as condições higiênicas do local. O matadouro então mudou para um local mais afastado do centro. A população era assistida por médicos em suas próprias residências e era visitada por eles quando não podiam se locomover. Várias epidemias foram registradas na cidade, desde sua fundação, incluindo a gripe espanhola no início do século XX e a varíola, ocasionando um alto número de mortes. A tuberculose também se constituiu como uma epidemia em Rio Pomba neste período, alcançando um grande número de pessoas. Assim, houve debates sobre como abrigar os doentes pobres, que não estavam contemplados pelas ações públicas, especialmente nos períodos epidêmicos, evitando o contágio.

A população pobre das cidades cafeeicultoras da Zona da Mata se originou dos ex-escravos e imigrantes. Segundo o jornal O Imparcial (O IMPARCIAL, Encarte Especial, 1937), ao final do século XIX, por volta de 1883, a cidade recebeu cerca de seis mil escravos para a lavoura. Neste período surgiram os primeiros clamores sociais pela construção de um hospital na cidade de Rio Pomba, para atender aos pobres e necessitados, que não tinham condições de atendimento particular ou deslocamentos às cidades maiores, que possuíam hospitais.

Relatos orais e matérias do jornal “O Imparcial” informam que havia ‘um interesse na cidade’ de se construir um hospital, desde o final do século XIX,

envolvendo iniciativas de ‘coronéis’ e de ex-escravos que, após a abolição da escravatura, teriam enriquecido economicamente, como foi o caso de Francisco Clemente de Araújo, negro, empregado na fazenda do ‘coronel’ José Mendonça dos Reis, considerado pela população como pioneiro no debate sobre um hospital na área do bairro do Rosário (SANTIAGO, *op. cit.*), questão a ser investigada na continuidade da pesquisa. Essa questão é abordada nas pesquisas de Viscardi (2001), que identifica relações sociais específicas entre coronéis e ex-escravos, advindas das práticas locais da escravidão.

Num contexto histórico semelhante, outras cidades da Zona da Mata mineira possuem aspectos comuns em relação às práticas de saúde e a presença de hospitais vicentinos construídos no período citado. Conhecer como o modelo de assistência para a saúde, trazido ao Brasil pelas Misericórdias, foi transplantado de Portugal, como se deu a entrada de outras confrarias na oferta de assistência à saúde para a população carente – prerrogativa das Misericórdias – mais especificamente da confraria de São Vicente de Paulo, ou *os vicentinos*, é objetivo desta pesquisa.

As confrarias vicentinas surgiram após a abolição da escravatura, na Zona da Mata, e passaram a atuar no sentido da assistência aos necessitados e à promoção de serviços de saúde, junto à Igreja Católica, conforme as regras de São Vicente de Paulo. Eram formadas por uma elite local composta de coronéis, intelectuais e ex-escravos enriquecidos.

As ações do Estado Patrimonialista mineiro para a educação e para a saúde, possibilitaram *status* aos médicos: filhos de famílias tradicionais da cidade de Rio Pomba estudaram no Rio de Janeiro e voltaram, como médicos e outros profissionais da área da saúde, integrando uma elite que se constituiu e se transformou em uma geração de políticos, com ações para a saúde na região e atores na construção dos hospitais vicentinos, beneficentes, filantrópicos, que correspondia aos anseios da população mais pobre e às elites em geral, pois concretizava as práticas religiosas católicas.

A Revolução de 1930 teve o apoio das cidades da Zona da Mata, mas a vitória da Revolução e as sucessivas crises políticas e econômicas nestas cidades, já então

agropecuárias em sua maioria, não favoreceram a identificação com a política getulista em vigor por 15 anos consecutivos.

Hospital São Vicente de Paulo, Rio Pomba, MG

Os hospitais vicentinos foram criados após a Revolução de 1930, de acordo com a política de subvenções do governo Vargas. Muitos foram inaugurados já no Estado Novo, embora as iniciativas das irmandades e confrarias nas diversas cidades datem da Primeira República, obtendo outros êxitos, de acordo com a proposta assistencial.

Em Rio Pomba, há registros acerca da ideia da construção do hospital na criação da Conferência São Vicente de Paula, em Rio Pomba, em 25 de agosto de 1902, por ocasião do 70º aniversário do município. Mais tarde, a Conferência teria adquirido uma casa à Rua Coronel Francisco Vieira, antiga Rua do Rosário, com um chafariz público de bronze à sua esquerda, valorizando o patrimônio, para suas reuniões e que se tornaria a primeira sede do hospital. Lá eram exercidas atividades filantrópicas e assistenciais pelos vicentinos leigos (SANTIAGO, 1991, p. 42).

No ano de 1934, o médico recém-formado no Rio de Janeiro, Dr. José Reis dos Santos, que retornava à cidade, criou uma comissão presidida por ele, aliada aos integrantes da Conferência São Vicente de Paula, os coronéis da cidade e profissionais liberais e recolheram donativos de diferentes grupos sociais da cidade para a construção do prédio do hospital, para substituir a sede adquirida no início do século, inaugurado em 8 de junho de 1939 e seu primeiro provedor foi o ‘tenente’ Francisco Clemente de Araújo, afrodescendente, com o apoio dos confrades vicentinos. O prédio construído reflete a arquitetura higienista, com áreas e janelas voltadas para o sol e fachada *art déco*, característica do Estado Novo. Logo após a inauguração, o provedor Clemente de Araújo convidou as irmãs vicentinas para administrarem o hospital.

A presença das Irmãs Vicentinas no Estado de Minas Gerais já poderia ser identificada em diversas cidades. As Irmãs de São Vicente de Paulo, ou simplesmente vicentinas, são freiras e fazem parte de uma congregação religiosa católica, de vida apostólica e comunitária, fundada em 1633 por São Vicente de

Paulo (1581-1660) e Luísa de Marillac (1591-1660). Em Rio Pomba chegaram logo após a inauguração do hospital da Ordem. Em agosto de 1940 chegaram a Rio Pomba as primeiras irmãs vicentinas (SANTIAGO, *op cit.*, p. 42) para administrar e desempenhar o papel de enfermeiras. As freiras vicentinas só se afastaram do HSVP/RP na década de 1970.

A chegada das irmãs, assim como suas ações no hospital, deve ser identificada em contexto a ser desenvolvido na continuidade da pesquisa. O hospital passou a ocupar lugar de destaque na cidade, atendendo a população como um todo, e não apenas os desvalidos. A maternidade agregou valores junto à população em geral para o hospital, visto não apenas como local para a assistência, mas como o local de práticas médicas, aonde uma nova geração chegava à cidade.

Percebe-se que a associação entre a saúde e a caridade estava acompanhada de uma consciência social local sobre a necessidade de uma ação pública brasileira em relação à saúde: no jornal O Imparcial há uma sugestão para que o Estado adote uma política educacional voltada para os princípios higienistas e para a área da saúde em geral, ideia difundida pelo Ministério da Educação e Saúde do governo Vargas.

A pesquisa a ser desenvolvida tem como objetivos identificar as relações sociais específicas da região da Zona da Mata mineira, no que se refere à saúde e a assistência, analisando fontes documentais, contextualizando-as em relação às políticas de saúde na Primeira República; Analisar a construção de serviços de saúde nas cidades pela presença de confrades e da Ordem Vicentina na sociedade, desenvolvendo a filantropia, característica principal dos serviços de saúde da região e identificar os papéis sociais e ações dos sujeitos envolvidos, analisando suas biografias, entre eles o Estado, a Ordem Vicentina, confrades, os médicos e os demais profissionais de saúde e as elites locais praticantes da filantropia.

Considerações finais

A estrutura oligárquica e o caráter liberal dos primeiros anos da República permitiram que fosse desenvolvida a assistência hospitalar, com apoio do Estado,

relacionada às iniciativas das elites locais e com a presença vicentina na região, agregando interesses católicos de origens sociais diversas, incluindo grupos afrodescendentes, questão inexplorada na literatura para a história da saúde na Zona da Mata. O hospital, entendido como um serviço beneficente, refletiu as concepções católicas difundidas desde a fundação das cidades, ainda no período colonial, e concretizadas na presença da irmandade devocional de São Vicente de Paulo. Além disso, o hospital mantido pelos “coronéis” beneméritos, entre outros atores sociais, tornou-se uma referência política, garantindo os votos nas eleições, mantendo as oligarquias locais no poder, mesmo depois da Revolução de 1930, período em que novos atores passaram a figurar no âmbito político: os intelectuais, no caso, os médicos e demais profissionais da saúde.

Bibliografia

BRASIL. MINAS GERAIS. RIO POMBA. **Lei municipal de Rio Pomba nº 1.318/2009.**

_____. **Certidão 12.620 de 7 de julho de 1959 do Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Pomba, MG.**

_____. **História de Rio das Pombas.** Disponível em <<http://www.riopomba.mg.gov.br/historia-de-rio-pomba.php>>. Acessado em 12 dez. 2011.

CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas Agrárias e Capitalismo:** Contribuições para o estudo da ocupação do solo e da Transformação do trabalho na Zona da Mata mineira (séculos XVIII – XIX). Núcleo de História Econômica e Demográfica, UFOP, Série Estudos-2, Mariana, s/d.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Perfeitos Negociantes:** Mercadores das Minas setecentistas. São Paulo: Annablume, 1999.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. **Publicação comemorativa do 23º aniversário do IBGE.** 1959, v. 27. Acervo do Arquivo Público Mineiro – Belo Horizonte/MG.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. Livro I. O tempo do Liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

FERREIRA, Luiz Otávio. Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-43). *História, Ciências, Saúde - Manginhos*, v. 6, n.2, 1999.

GOMES, Angela de Castro (org.). **Minas e os fundamentos do Brasil Moderno**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2005.

HOCHMAN, Gilberto. **A Era do Saneamento**. As Bases da política de Saúde Pública no Brasil. SP: Editora Hucitec, 1998.

MARQUES, Rita de Cássia, SILVEIRA, Anny Jackeline Torres e FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves (orgs). **História da Saúde em Minas Gerais: Instituições e Patrimônio Arquitetônico (1808-1958)**. Barueri, SP: Minha Editora, 2011.

O IMPARCIAL. Edição de 27 de fevereiro de 1927.

_____. Edição Especial, janeiro de 1958.

_____. Encarte Especial, julho de 1937.

_____. **As migrações e imigrações – Origem de nosso povo**. Disponível em < <http://oimparcialriopomba.com.br/noticia/1697/As-migracoes-e-imigracoes-%E2%80%93-Origem-de-nosso-povo> >. Acessado em 12 dez. 2011.

_____. **História**. Disponível em: < <http://oimparcialriopomba.com.br/conteudo/1/Historia> >. Acessado em 15 jan. 2012.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In PELEGRINI, Sandra C. A. **Jogos de Escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SANGLARD, Gisele. Assistência Hospitalar: entre a caridade e a ação médica. In: _____. **Entre os salões e o laboratório: Guilherme Guinle, a saúde e a ciência no rio de Janeiro, 1920-1940**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008, p. 31-64.

_____. **Assistência entre o Liberalismo e o Bem-Estar Social**. In: Anais eletrônicos do XIII Encontro de História da Anpuh-Rio – Identidades, Rio de Janeiro; 2008.

Disponível:

<http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212930000_ARQUIVO_textoANPUH2008GiseleSanglard2.pdf>

SANGLARD, Gisele e FERREIRA, Luiz Otávio. **Médicos e Filantropos:** a institucionalização do ensino da pediatria e da assistência à infância no Rio de Janeiro da Primeira República. *Varia História*, dez. 2010, v.26, n.44, p.437-459. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752010000200006&script=sci_arttext

SANTIAGO, Sinval Batista. **História do Município de Rio Pomba.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

SOUZA, Marco Antonio de. **A economia da caridade:** estratégias assistenciais e filantropia em Belo Horizonte (1897-1930). Belo Horizonte, MG: Newton Paiva, 2004.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O Teatro das Oligarquias.** Uma revisão da “política do café-com-leite”. Belo Horizonte, Minas Gerais: C/Arte, 2001.